

Carreira

FORMAL, NÃO-FORMAL, EDUCAÇÃO — ALGUMAS REFLEXÕES —

Elisa Marina do Nascimento Machado

Rio de Janeiro, maio de 1985

SUMÁRIO

O presente trabalho surgiu da necessidade de questionar o atual significado da experiência do MOBRAL, numa linha de educação não-formal tentando-se localizar na Instituição, a partir de seus documentos principais, o início, estado atual e perspectivas de uma atuação nessa linha, buscando-se confrontar as premissas teóricas com a prática e finalmente apontando para a necessidade de uma ampla revisão teórica e metodológica da categoria da não formalidade no bojo de uma nova proposta educativa que se anuncia no MOBRAL.

FORMAL, NÃO-FORMAL, EDUCAÇÃO

1. DE EXPERIÊNCIA EM EXPERIÊNCIA, O QUE É, DA ATUAÇÃO DO MOBRAL, NUMA LINHA DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL?

Na trajetória recente do MOBRAL, especialmente nos cinco últimos anos, a experiência de atuação do Órgão numa linha de educação não-formal, vem sendo enfatizada, como uma das características principais da proposta educativa do MOBRAL.

Essa experiência, inclusive, tem se constituído, entre outras, numa condição legitimadora da entrada do MOBRAL em outras áreas de atuação, que não as legalmente previstas, como é o caso da atuação numa linha de suporte ao sistema regular de ensino.

No entanto, o campo conceitual que informa a prática dessa educação não-formal, ainda é ambíguo e diversificado, em termos do MOBRAL, permitindo supor que essa categoria abrigue uma prática diferenciada e nem sempre circunscrita ao modo não-formal de desenvolvimento educativo.

Assim, a proposição desse texto é revelar as inquietações presentes no âmbito dessa questão, pretendendo contribuir para a necessária reflexão e possível redimensionamento da chamada "experiência do MOBRAL, numa linha de educação não-formal".

2. ONDE O COMEÇO? O MEIO ONDE? E NO HORIZONTE, O QUÊ?

A tentativa de identificação, na história do MOBRAL, de sua própria configuração enquanto implementador de um trabalho de educação não-formal, levou em conta dois períodos distintos: 1970 a 1980 e a partir de 1981, quando o MOBRAL teve sua linha de ação redirecionada pelo MEC.

A categoria da não formalidade, nos 10 primeiros anos de atuação do Órgão passou por entendimentos distintos, por vezes exclusivos, por vezes complementares.

Assim, essa não formalidade esteve relacionada basicamente:

- . à Instituição como um todo — o MOBRAL como agência de educação não-formal;
- . ao leque de serviços educacionais colocados à disposição da população — ações na área da alfabetização e sua continuidade, ações de saúde, trabalho e cultura;
- . ao modo de implantação, desenvolvimento e avaliação das ações educativas — instalação de classes próximas à residência dos alunos; composição do quadro de alfabetizadores com pessoas da comunidade; desenvolvimento das propostas educativas a partir predominantemente, do aproveitamento das experiências de vida da clientela; funcionamento das classes em períodos adequados à época de plantio e colheita; avaliação do processo de aprendizagem do aluno pelo próprio alfabetizador, segundo critérios e instrumentos próprios.

Tomando-se agora como referência o redirecionamento da ação do MOBRAL pelo MEC, em 1981, e as implicações teóricas e técnicas dessa medida, a categoria da não-formalidade passa a ser mais explicitada como característica principal da proposta educativa do Órgão.

Porém, não obstante essa explicitação, a abrangência do significado dessa categoria continua ampla e diferenciada.

Assim, ao se recuperarem os principais documentos formulados nos últimos cinco anos, tem-se que a atuação do MOBRAL, numa linha de educação não-formal, vem sendo tomada:

- . como característica predominante da atuação do MOBRAL, no bojo da metodologia de educação comunitária, confirmada como metodologia de desenvolvimento da proposta educativa do Órgão; (Documento 07 do MEC = Diretrizes de Atuação do MOBRAL, 1982);
- . como componente da Proposta de Educação Supletiva, que, ao seu interior, admite a convivência de aspectos formais e não-formais da educação, apontando a importância de se visualizarem as inter-relações existentes e possíveis entre os dois sistemas; (Proposta de Educação Supletiva, 1982)

. como um direito das populações que deve ser colocado a seu serviço; como modalidade, que admite várias ofertas, com uma finalidade de matizes, como concepção que entende o povo caminhando com seus próprios pés, pensando com sua própria cabeça. (Discurso de Claudio Moreira, na abertura do Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos, 1983)

. como característica do MOBRAL, enquanto agência não-formal de educação, podendo cobrir necessidades educativas da população que extrapolam o caráter de reposição de escolaridade; como estratégia de atuação da Instituição, viabilizando um atendimento em larga escala e condizente com a especificidade da clientela-alvo; como flexibilidade na organização e funcionamento das classes e grupos; como categoria que convive com aspectos educativos formais; (Referenciais Básicos da Educação de Adultos no Âmbito do MOBRAL, 1984)

Diante desse quadro, o que se coloca é a necessidade de, em se examinando o estado atual da prática do MOBRAL, numa linha de educação não-formal, rever e, verdadeiramente, objetivar o posicionamento institucional sobre a categoria que ~~tem~~ *qualificado sua atuação.*

3. Algumas questões: a teoria na prática, a prática na teoria: o que há, no que é hoje, a prática de uma educação não-formal no MOBRAL — É na teoria não vai nada?

O tema aqui discutido, não chegou a ser suficientemente aprofundado na esfera do MOBRAL.

O maior avanço no debate dessa questão se deu quando da realização do estudo "Articulação entre a Educação Escolar e Extra Escolar — o caso MOBRAL. Na capítulo II desse documento, na discussão do problema — Educação escolar e extra-escolar — conceitos e características — encontra-se uma tentativa de se localizar a questão da educação extra-escolar e não-formal, no âmbito mais global da prática educativa e social; inclusive comparando a visão de diferentes autores sobre o tema.

No entanto nem esse, nem outros estudos posteriores chegaram efetivamente a problematizar, essa questão no âmbito do MOBRAL, naqueles pontos mais gerais que a circunscrevem.

Os autores do estudo, inclusive, ao comentarem criticamente a posição de dois ^{autores} autores, acabam por explicitar áreas principais, por onde deveria passar também o exame da questão no MOBRAL.

"Analisando a questão sobre outra perspectiva Bock e Papagiannis propõem-se a desmitificar a noção de educação não-formal, na medida em que as definições correntes não explicitam suficientemente as semelhanças e diferenças existentes entre educação formal e não-formal. Os autores não consideram pertinente apenas propor outro termo. Para melhor compreensão do fenômeno, sugerem então uma aceitação passiva de categorias tradicionais recomendando que se procure perceber a educação não-formal a partir de um referencial que ajude a focalizar os processos sociais subjacentes que caracterizam essas atividades, a sua estrutura social e seus efeitos sobre a clientela. Isso significa que é preciso ir além dos atributos superviciais dados à educação não-formal e examinar seus atributos sociais, suas funções, a relação educação não-formal/estratificação social etc."

5

Toda a discussão e posicionamento diante da educação não-formal do MOBRAL, tende a localizar-se, predominantemente, na esfera de seus atributos "superficiais" sem chegar a necessária articulação com os componentes sociais dessa prática.

Conforme descrito no item anterior, o entendimento dessa não formalidade situa-se, ora na Instituição, ora nos programas disponíveis, ora nas estratégias de desenvolvimento dos mesmos ou em todas essas instâncias.

Mesmo esse entendimento sendo restrito aos aspectos externos dessa questão, supõe-se que a prática do MOBRAL, numa linha de educação não-formal, venha se desenvolvendo de forma tão múltipla e abrangente quanto permite e sugere o campo conceitual que a orienta.

O fato de se falar sobre a experiência do MOBRAL, em termos de suposição e não de afirmativas, decorre de que essa mesma experiência não foi suficientemente encaminhada e sistematizada para permitir assertivas de qualquer ordem. No campo das hipóteses admite-se, inclusive, que sob o rótulo, ou não, de uma educação não-formal, várias experiências significativas estejam ocorrendo, sem qualquer sistematização.

Mesmo admitindo-se, o que não é o caso, a amplitude atual do conceito de educação não-formal, a primeira instância reveladora do distanciamento entre teoria e prática é o processo de capacitação dos agentes educativos.

Nesse processo, de um modo geral, conteúdos relativos à educação não-formal e a outros temas educacionais não são socializados, reduzindo-se prioritariamente os conteúdos aos aspectos metodológicos e operacionais dos projetos. O próprio processo de capacitação não tem sido, como poderia ser, um espaço para o exercício de estratégias não-formais de trabalho e, conseqüentemente, para o surgimento de modos alternativos de encaminhamento das ações educativas.

Se no processo que orienta os agentes para o desenvolvimento das

das ações educativas, questões centrais não são socializadas, é de se supor que, no interior das ações, na interação dos agentes com os participantes, essas mesmas questões deixem de ser debatidas e, principalmente, vivenciadas.

A título de ilustração, o que se tem verificado é a dificuldade que parece existir na adoção de alguns procedimentos formais no desenvolvimento das ações de alfabetização de adultos. Essas ações, de um modo geral, continuam a ser desenvolvidas, predominantemente, a partir do aproveitamento da experiência de vida dos alunos, sem uma contrapartida, em termos de oferta de um conteúdo específico e sistematizado. E continuam sendo avaliadas a partir de instrumentos duvidosos do ponto de vista de, efetivamente, medirem o nível do conhecimento adquirido. A adoção de tais procedimentos parece continuar revestida de um caráter escolar que, a princípio, poderia ferir a prática educacional inovadora do MOBREAL. E, mais uma vez, se configura a confusão que parece existir no MOBREAL, entre o modo não-formal de desenvolvimento das ações e a absoluta falta de controle e sistematização dessas ações.

O comportamento atual dos projetos educativos e dos procedimentos afetos a sua implementação (planejamento, capacitação, supervisão, controle, avaliação) aponta para a imperiosidade de uma revisão não só conceitual, mas metodológica e operacional das bases nas quais se assentam propostas educativas não formais.

Nesse ponto, não se trata de reduzir a questão da educação não-formal no âmbito da identificação do que é o não é uma proposta ou procedimento dessa natureza e sim de retomar a anterioridade dessa questão, em termos dos fundamentos para uma prática educativa centrada na não formalidade.

4. À GUIZA DE INTRODUÇÃO

As inquietações até aqui colocadas ao invés de fecharem uma posição em torno da experiência do MOBREAL numa linha de educação não formal, o que fazem é lançar um novo conjunto de indagações

sobre essa mesma experiência, apontando contudo alguns possíveis caminhos para um redimensionamento de toda a prática.

Em verdade, o MOBREAL ao se lançar no combate ao analfabetismo, situou-se na perspectiva de se constituir numa resposta às necessidades de uma população marginalizada, até então, pelo sistema regular de ensino, buscando operar de forma mais acessível do que as oportunidades de escolarização existentes. Essa acessibilidade pretendeu-se traduzir como mais uma "opção de ensino extra-escolar" fugindo à rigidez, inflexibilidade e mobilização do sistema puramente escolar. Ela também se revelou na tentativa de redução do processo de aprendizagem, pelo aproveitamento da experiência de vida da clientela como conteúdo educativo intencionando-se com isso substituir uma seriação rígida e formal.

Trate-se, portanto, de colocar a serviço de uma população já marginalizada pelo sistema regular de ensino, não só uma agência educacional, alternativa onde a clientela pudesse ter acesso ao mesmo tipo de conteúdo da escola formal, mas de inovar em termos desse conteúdo mesmo.

No entanto, para viabilizar sua proposta o MOBREAL contou com recursos humanos da própria comunidade, dos alunos, a princípio leigos, para o desenvolvimento inclusive de uma proposta formal de alfabetização de adultos. A política de treinamentos e reciclagem sucessivas desses agentes não chegou a dar conta de uma efetiva habilitação docente desses elementos. Essa falta de habilitação, somada à baixa gratificação desses agentes, acabou resultando em prejuízo para os próprios analfabetos que dessa forma deixaram de ter acesso aos conteúdos do sistema formal e tiveram acesso precário aos conteúdos supostamente inovadores propostos pelo MOBREAL.

Tal situação, coloca em evidência, não a formalidade ou a não-formalidade de uma proposta educativa, mas a própria natureza, consistência e horizonte dessa proposta.

No momento em que toda a sociedade brasileira volta-se para a instauração e fortalecimento de bases sociais plenamente democráticas é dever do MOBREAL, como órgão do estado que é, avaliar e reposicionar sua proposta educativa no contexto atual.

3

Essa avaliação, cujo início data dos primeiros anos da década de 1980, vem insistentemente apontando a necessidade de o MOBRAL recuperar sua identidade enquanto órgão educacional, resgatando o seu papel principal de fazer valer o direito constitucional da população, colocando a seu dispor os serviços básicos de alfabetização, dentro de um critério de máxima qualidade. Um dos indicadores dessa qualidade será, certamente, a criação e implementação de reais condições para acesso da clientela do MOBRAL ao conhecimento mínimo que deve ser comum a toda população; a implementação dessas condições, indiscutivelmente, passará pela revisão do processo de capacitação dos agentes educativos do sistema de remuneração desses elementos.

A recuperação dessa identidade, estando centrada na questão da escolaridade básica, não tem que, significar necessariamente exclusividade dessa proposta e sim a existência de um espaço concreto para a sua efetiva praticidade a nível institucional.

Tomada essa premissa como verdadeira, a questão passa a situar-se no âmbito das estratégias possíveis para sua viabilização. E nesse ponto, retorna-se à discussão sobre a categoria da não-formalidade.

Para o MOBRAL confirmar-se como um órgão atuante numa linha de educação não formal, é imprescindível a rediscussão dessa categoria no bojo de uma nova proposta educativa que se anuncia principalmente porque, essa mesma proposta surge na perspectiva de um novo tipo de inserção do órgão, no atual cenário político e sócio-econômico brasileiro.

Diante desse novo cenário, o próprio sistema educacional brasileiro deverá vir a ser repensado e com ele, todos os aspectos que lhe conferem o caráter de formalidade.

No entanto, o posicionamento do MOBRAL com relação à sua própria linha de atuação não deve depender, exclusivamente, do encaminhamento que venha a ser dado ao sistema regular de ensino. Pode e deve, o MOBRAL, lançar-se à tarefa de redimensionamento de sua prática educacional, procedimento esse, que poderá, inclusive, contribuir para o movimento de rediscussão global da educação brasileira.

Diante desse contexto e estando já o MOBRAL voltado para o repensar de sua própria proposta educativa, é possível apontar alguns pontos para futura reflexão e posicionamento:

- . grandes categorias a que uma linha de educação não-formal deve estar referenciada;
- . instâncias de sustentação das ações educativas (planejamento, implantação, capacitação, supervisão, avaliação, controle) que poderão admitir bases não-formais de atuação;
- . instâncias especificamente pedagógicas (formatação de programas, definição de objetivos, conteúdos, métodos, construção de material didático, definição de indicadores para acompanhamento, avaliação e capacitação de agentes) que poderão admitir bases não-formais de atuação;
- . instâncias de sustentação da ação institucional (áreas financeira, de captação de recursos, de comunicação) que poderão admitir bases não-formais de atuação;
- . interfaces entre as diferentes instâncias, que no MOBRAL, podem dar conta de uma atuação em bases não-formais;
- . interfaces do MOBRAL com outras agências de educação formal e não-formal.